



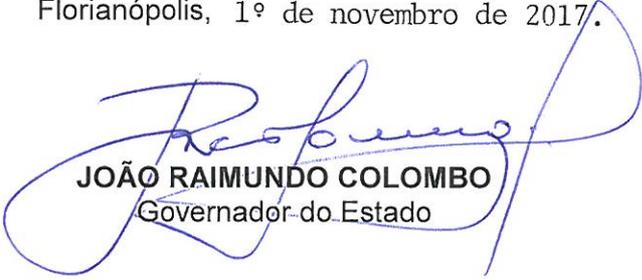
MENSAGEM Nº 981

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 447/2017

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E  
SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à  
elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da  
Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso  
de imóvel no Município de Laguna".

Florianópolis, 1º de novembro de 2017.

  
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO  
Governador do Estado

Lido no Expediente
104ª Sessão de 07/11/17
As Comissões de:
(5) Justiça
(11) Finanças
(14) Indústria
Secretário

Ao Expediente da Mesa  
Em, 06/11/17  
Deputado Kennedy Nunes  
1º. Secretário



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
GABINETE DO SECRETÁRIO**



**EM Nº 192/2017**

Florianópolis, 9 de outubro de 2017.



Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o projeto de lei, que versa sobre a concessão de uso gratuito, pelo prazo de 10 (dez) anos, à Associação Cultural Social e Terapêutica da Região da AMAREL (ACUSTRA), uma área de 1.085,00 m<sup>2</sup> (um mil e oitenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, localizada no Município de Laguna, parte do imóvel matriculado sob o nº 33.984 no Registro de Imóveis da Comarca de Laguna e cadastrado sob o nº 01762 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A concessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade atender crianças e adolescentes apenados, que se encontram sem situação de maior vulnerabilidade social e econômica, no Município de Laguna.

A ACUSTRA desenvolve um serviço estritamente filantrópico, atendendo de 60 a 75 crianças auxiliando na consolidação e ampliação de conhecimentos e ajudar essas crianças e adolescentes a vencer obstáculos no que diz respeito à aprendizagem.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

  
**Milton Martini**

Secretário de Estado da Administração



PROJETO DE LEI Nº PL./0447.6/2017

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Laguna.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente à Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da Amurel (ACUSTRA), localizada no Município de Laguna, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso de uma área de 1.085,00 m<sup>2</sup> (mil e oitenta e cinco metros quadrados), com benfeitorias, parte integrante do imóvel matriculado sob o nº 33.984 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna e cadastrado sob o nº 01762 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para a concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 14.471, de 23 de julho de 2008, consolidada pela Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015.

Art. 2º A concessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade possibilitar o atendimento pela entidade de crianças e adolescentes submetidos a medidas socioeducativas e que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Art. 3º A concessionária, sob pena de rescisão antecipada, não poderá:

I – transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com a concessão de uso de que trata esta Lei;

II – oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou

III – desviar a finalidade da concessão de uso ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O Estado retomará a posse do imóvel nos casos em que:

I – ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II – findarem as razões que justificaram a concessão de uso;

III – findar o prazo concedido para a concessão de uso;

IV – necessitar do imóvel para uso próprio; ou

V – houver desistência por parte da concessionária.



Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas no imóvel pela concessionária, sem que ela tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

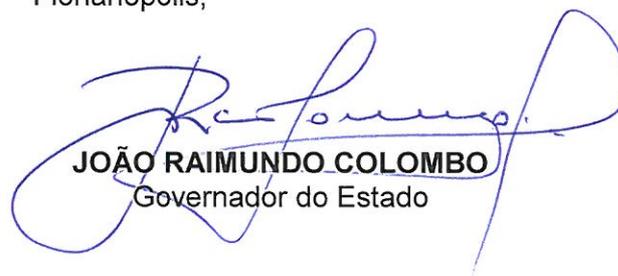
Art. 6º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, concedente e concessionária firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

  
**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Governador do Estado